

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/01/2020	Caderno: Economia



GOVERNO QUER CRIAR NOTA FISCAL ELETRÔNICA FEDERAL



28 Janeiro, 2020

O governo pretende acabar com parte das isenções de impostos federais sobre os produtos da cesta básica. Em troca devem ser feitos dois tipos de compensação: dar dinheiro às famílias de baixa renda, via programas sociais, e conceder créditos aos demais consumidores, por meio de uma nota fiscal eletrônica federal. A informação foi dada em entrevista à GloboNews pela assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado.

A advogada integrava o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e desde maio de 2019 ajuda o governo em uma proposta de mudança no regime de impostos. Ela está responsável, juntamente com o atual secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, por fechar as propostas que serão enviadas em etapas ao Legislativo.

A primeira parte deve chegar ao Congresso na próxima semana, quando também está prevista a instalação da Comissão Mista da Reforma Tributária. O colegiado tem o objetivo de construir um texto único a partir dos projetos em discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. (G1)

Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Mercado
Data: 29/01/2020	Página: --

FOLHA DE S.PAULO



Reforma tributária precisa ser votada até junho no Congresso, diz relator

Além da proposta que os deputados estão tocando, há ainda um texto que tramita no Senado

Angela Boldrini

BRASÍLIA

O relator da proposta de reforma tributária que tramita na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou nesta terça-feira (28) que o Congresso quer aprovar o texto nas duas Casas até junho, antes do recesso parlamentar e do início do calendário eleitoral.

"O importante é que a gente tenha um esforço concentrado e conjunto e que se vote até junho nas duas Casas", disse ele após reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Também participaram do encontro o vice-presidente da Casa, Marcos Pereira (PRB-SP) e o economista Bernard Appy, cuja proposta baseia o texto que do qual Aguinaldo é relator.

Além da proposta que os deputados estão tocando, há ainda um texto que tramita no Senado.

Aguinaldo afirmou que será feita reunião no final de semana com os presidentes Maia e Davi Alcolumbre (DEM-AP) para definir os prazos e composição da comissão mista de senadores e deputados que têm como objetivo fazer um texto que seja de comum acordo.

Apesar disso, as comissões independentes de cada Casa continuarão atuando, já que a comissão mista não tem prerrogativa de votar o texto e enviá-lo para o plenário. "Nenhuma das duas comissões vai morrer. A comissão da Câmara continua, a PEC 45 é o caminho regimental para se trilhar", disse o relator.

O deputado não quis adiantar pontos do texto que deve sair do acordo entre senadores e deputados, mas disse que a comissão terá "um prazo bastante rápido".

"Vamos correr, até porque as duas Casas já avançaram bastante no tema", afirmou.

A reestruturação do sistema tributário deve ser feita por uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), que tem uma tramitação mais lenta no Congresso e depende do apoio, em dois turnos, de 60% da Câmara e do Senado. Também deve ser necessária a aprovação de outros instrumentos legais.

Como 2020 é ano de eleição municipal, tradicionalmente o ritmo de trabalho do Legislativo cai, sobretudo no segundo semestre.

-

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Mercado
Data: 29/01/2020	Página: --

FOLHA DE S.PAULO



Secretários querem regras mais duras para estados na PEC Emergencial

Ideia é obrigar que governos regionais em crise adotem medidas de ajuste fiscal

Bernardo Caram

BRASÍLIA

Em reunião nesta terça-feira (28), secretários estaduais de Fazenda firmaram posição em defesa de regras mais duras para os governos regionais na chamada PEC Emergencial, que aciona gatilhos de ajuste fiscal em situações de crise.

De acordo com o presidente do Comsefaz (Comitê dos Secretários de Estado da Fazenda), Rafael Fonteles, o grupo vai elaborar uma emenda, que será apresentada para avaliação do Congresso, onde o texto tramita.

Uma das medidas tornará obrigatória a adesão de estados e municípios às medidas de ajuste em momentos de aperto fiscal. Segundo ele, o texto determina o acionamento de gatilhos na União, mas traz essas medidas apenas como algo facultativo para os estados.

“Foram colocados alguns pontos como obrigatórios para a União, mas uma possibilidade para os estados. A maioria dos secretários coloca como obrigação também para os estados”, afirmou.

O texto do governo traz medidas de ajuste que são acionadas quando a despesa corrente excede 95% da receita corrente.

Entre os gatilhos, está uma redução da jornada de trabalho do servidor em 25%, com corte proporcional de salário. O texto ainda

proíbe reajustes, criação de cargos, reestruturação de carreiras e concursos por dois anos.

Fonteles ressalta que os cortes de salários e jornada continuariam como uma possibilidade para os estados. As outras medidas seriam obrigatórias.

Os secretários ainda vão sugerir uma mudança na forma de acionamento dessas medidas de ajuste.

Na proposta dos representantes dos estados, os gatilhos não serão acionados de uma só vez. A ideia é que existam duas etapas.

“A ideia é que todas as vedações sejam aglutinadas em dois blocos. Algumas mais brandas, num primeiro momento, para evitar que os gatilhos só sejam acionados quando a situação estiver insustentável”, afirmou.

Na reunião desta terça, os secretários ainda se posicionaram contra a ideia do presidente Jair Bolsonaro de que os estados reduzam alíquotas de ICMS para baixar o preço de combustíveis.

“A política de preços pode ser revista, mas sem mexer no ICMS dos estados, que não podem abrir mão de arrecadação neste momento”, disse.

Veículo: O Globo	Online
Data: 29/01/2020	Coluna: Economia

‘Estado é gordo, quebrado e ineficiente’, diz Arminio

Em seminário, Gustavo Franco, ex-presidente do BC, diz que relação de Bolsonaro com a agenda econômica foi um ‘casamento arranjado’

Apesar do avanço em reformas, o ex presidente do Banco Central fundador da Gávea Investimentos, Arminio Fraga, avalia que o Estado brasileiro ainda é “gordo, quebrado e ineficiente”, o que impede a adoção de medidas que eliminem a desigualdade.

— Temos um Estado gordo, quebrado e ineficiente, incapaz de produzir um grau mínimo de oportunidade para reduzir a desigualdade. Isso torna o país vítima fácil de populismo, cria um ciclo vicioso entre cultura, dinheiro e religião — disse Fraga ontem, em conferência sobre investimentos na capital paulista, ao lado de outros dois ex-presidentes do Banco Central: Gustavo Franco e Pêrsio Arida.

— Há 30 ou 40 anos o Estado investia 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Hoje não investe nem 1%. Isso não cobre nem a depreciação da infraestrutura — acrescentou.

REFORMA DO ESTADO

Arminio defendeu uma revisão na contabilidade do governo. Ele observou que o Brasil está fora da curva mundial em dois pontos: salário do funcionalismo e Previdência. Essas duas despesas respondem por praticamente 80% dos gastos públicos. Na maioria dos países, disse Arminio, esses gastos respondem de 50% a 60% das despesas.

— O Brasil precisa mexer nessas contas e em cinco ou dez anos teremos uma revolução. Podemos ganhar nove ou dez pontos do PIB. A reforma da Previdência foi feita pela metade. Precisamos de um Estado mais ágil, onde as pessoas prestem contas e sejam avaliadas — afirmou.

Arminio afirmou que é preciso mexerem muita coisa para que o país volte a crescer a um ritmo de 4% ao ano:

— Posso até estar influenciado por morar no Rio, onde não temos nem água limpa para beber. Mas a agenda liberal desse governo, na prática, não está liberal. A Bolsa sobe, o mercado está alegre, mas o investimento não vem. Com uma reforma de Estado poderíamos crescer 4% e não 2%.

Gustavo Franco também criticou a agenda liberal do governo, afirmando que a economia não foi tema da campanha do presidente Jair Bolsonaro.

— O interesse pela economia só apareceu no meio da campanha. Foi um casamento arranjado com um projeto pró-mercado. Nada contra, mas um casamento arranjado precisa ser controlado para que o que foi combinado seja entregue. As coisas estão funcionando, um pouco precárias, mas estão. Não é amor sincero, mas funciona — disse Franco, que foi coordenador das propostas de economia do programa de governo do candidato do Novo à Presidência, João Amoêdo.

Pêrsio Arida defendeu a extinção de dois fundos criados quando o país não tinha poupança e oferta de crédito: o FGTS e o FAT. Para ele, a melhor forma de poupança compulsória seria o Tesouro Direto.

— As propostas de reforma enviadas ao Congresso são tímidas — disse Arida, que foi coordenador do programa econômico do candidato Geraldo Alckmin (PSDB) nas eleições de 2018.

Veículo: O Globo	Online
Data: 29/01/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Estados querem regras de ajuste mais duras

Reunidos em Brasília, secretários de Fazenda defendem que medidas da PEC Emergencial, como suspensão de concursos e promoções, sejam acionadas automaticamente nos governos locais em caso de desequilíbrio fiscal



Ajuste fiscal. Secretários reunidos no Comsefaz querem regras automáticas

Com o agravamento da crise nas contas públicas de vários estados, secretários estaduais de Fazenda articulam o endurecimento das medidas de ajuste fiscal apresentadas no ano passado pelo governo federal. A principal sugestão é alterar a proposta de emenda à Constituição (PEC) chamada de PEC Emergencial para que medidas como a suspensão de promoções no funcionalismo público e a proibição de concursos públicos sejam acionadas automaticamente nos governos locais em caso de desequilíbrio financeiro e não de forma opcional. Na versão atual, o texto apenas autoriza os estados a adotar essas ações. O plano foi anunciado ontem após reunião do Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) em Brasília. A proposta ainda precisa ser submetida aos governadores, que se reunirão na capital federal daqui a duas semanas. Só a partir daí as propostas serão formalizadas e encaminhadas ao Congresso.

A PEC emergencial faz parte de um conjunto de medidas anunciadas pelo governo em 2019 para rever regras fiscais. O projeto ficou conhecido principalmente por autorizar a redução de até 25% de salários e carga horária de servidores. O foco das mudanças sugeridas pelos estados, no entanto, é nas outras 11 medidas de ajuste previstas no texto.

Para a União, elas se tornam obrigatórias quando a chamada regra de ouro é descumprida. Isso ocorre quando o governo federal se endivida para pagar despesas correntes, como salários. Como esse mecanismo será desrespeitado neste ano, os gatilhos passariam a valer imediatamente.

GATILHO GRADUAL

Para os estados, no entanto, o acionamento do ajuste é diferente. Caso a despesa corrente supere 95% da receita, os governadores são apenas autorizados a adotar as medidas. Os estados querem mudar a redação para deixar claro que os entes serão obrigados a acionar a correção.

— Na PEC emergencial, alguns pontos ficaram obrigatórios para a União, mas, para os estados, são uma possibilidade. A maioria dos secretários coloca (a proposta) como uma obrigação também para os estados —disse Rafael Fonteles, secretário de Fazenda do Piauí e presidente do Comsefaz.

Os secretários querem ainda criar estágios para o acionamento dos gatilhos. Assim, parte das medidas já entraria em ação em estados onde a relação entre despesas e receitas estiver alta, porém abaixo dos 95% previstos no texto original. A gradação ainda está em estudo, mas os secretários avaliam se inspirar na regra fixada na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para conter gastos de pessoal. Segundo a legislação, estados já ficam proibidos de criar cargos e reajustar salários quando essas despesas se aproximam do limite máximo.

Também foi divulgado após o encontro um comunicado dos secretários sobre as propostas do governo federal para mudar as regras do ICMS que incide sobre combustíveis. A ideia foi ventilada pelo presidente Jair Bolsonaro no início do mês, quando a tensão no Oriente Médio ameaçou fazer disparar os preços do petróleo.

Inicialmente, Bolsonaro chegou a sugerir que os governadores reduzissem as alíquotas. Dias depois, propôs que o tributo fosse cobrado apenas nas refinarias, e não nas bombas. Para os estados, em ambos os casos há risco de perda de arrecadação. “Uma mudança na sistemática de tributação dos combustíveis, feita de forma unilateral pelo governo federal, quebra o já frágil pacto federativo”, diz trecho do comunicado.

A reunião tratou ainda das despesas com educação. Secretários planejam mudar a fórmula de cálculo do piso dos professores, que foi reajustado em 12,84% no início do ano para R\$ 2.886,24, para evitar aumentos salariais altos em período de crise. Ao mesmo tempo, buscam mais recursos federais para complementar o Fundeb, que financia a educação básica.

Estados pedem mais rigidez em PEC de gastos

Secretários de Fazenda reagiram à proposta do presidente Jair Bolsonaro de mudar a tributação dos combustíveis do consumo para as refinarias

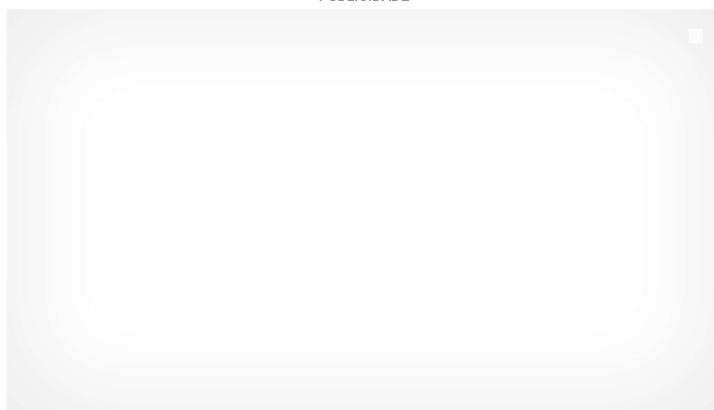
Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

29/01/2020 05h00 · Atualizado há 25 minutos

Os Estados querem tornar mais rigorosa a aplicação dos gatilhos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial para conter as próprias despesas. Querem trocar o verbo “poder” utilizar as medidas de corte para “dever”.

Em reunião ontem do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), eles discutiram propostas para as reformas em análise no Congresso. Também reagiram à proposta do presidente Jair Bolsonaro de mudar a tributação dos combustíveis do consumo para as refinarias.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

- [Garantia a Estados e municípios pode custar R\\$ 11,5 bilhões](#)
- [Crescimento sem urbanização ajuda a explicar crise no RJ](#)

“Uma mudança na sistemática de tributação dos combustíveis, feita de forma unilateral pelo governo federal, quebra o já frágil pacto federativo”, diz documento assinado por 18 dos secretários. Eles acrescentam que não podem abrir mão de receitas do ICMS sobre combustíveis, que responde por 20% das receitas, na média.

Segundo Rafael Fonteles, presidente do Comsefaz, a PEC Emergencial diz que os Estados “podem” acionar os gatilhos quando as despesas atingirem 95% das receitas. A ideia é tornar obrigatório o acionamento.

Uma exceção seria o mecanismo que permite cortar até 25% da jornada de trabalho e dos salários dos servidores. Nesse caso, o dispositivo permaneceria facultativo tanto para a União quanto para os Estados.

Os secretários querem propor ainda que haja uma gradação para o acionamento dos gatilhos de corte de despesas. Do contrário há risco de as medidas de corte de gasto entrarem em vigor quando Estados já estiverem insolventes, comentou Fonteles.

A ideia é estabelecer dois níveis para acionamento dos gatilhos. Esses, porém, ainda estão em discussão, assim como os critérios para seu acionamento.

uma emenda encurtando de dois para um ano o prazo de ratificação dos fundos.

Os secretários discutiram ainda as novas regras para o piso do Fundeb. Segundo Fonteles, conceder reajuste salarial de 12% quando a inflação é de 4% cria dificuldades para os Estados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

BLEND BERRY

LINK PATROCINADO

Acompanhe a Dani Monteiro provando os sabores da montanha

CLUB MED

LINK PATROCINADO

Combate ao Aedes Aegypti: prevenção e controle da dengue, chikungunya e zika

MINISTERIO DA SAÚDE

LINK PATROCINADO

Revendo custos para 2020? Solicite um orçamento na Ticket

TICKET SERVIÇOS

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Netshoes que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

BNDES diz que oferta de ações da Petrobras reduz riscos

VALOR INVESTE

Coca-Cola quer anular compra da Brasil Kirin pela Heineken

VALOR INVESTE

Cervejaria Backer anuncia recall de 82 lotes de cerveja com risco de contaminação; veja marcas e lotes

VALOR INVESTE

Bradesco é condenado a pagar R\$ 10 mil a cliente analfabeta

VALOR INVESTE

Após alerta de ranitidina com substância cancerígena, Procon-SP notifica laboratórios

Sem ver, Bolsonaro diz que filme "Democracia em Vertigem" é 'porcaria'

Mais do Valor Econômico

Confiança da indústria avança em janeiro e atinge maior valor desde 2018, diz FGV

Estatais investiram 31% menos em 2019

Com retração de Petrobras e Eletrobras, empresas públicas usam apenas 45,7% do orçamento disponível

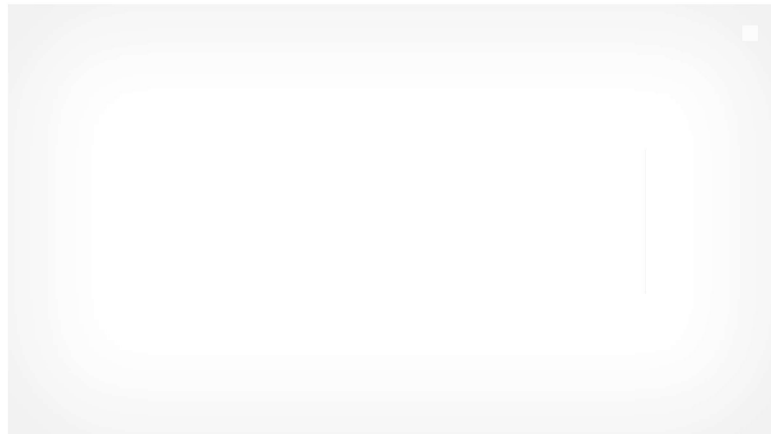
Por **Claudia Safatle e Cristiano Zaia** — De Brasília

29/01/2020 05h01 · Atualizado há 14 minutos

As 85 empresas estatais não dependentes do Tesouro Nacional investiram, em 2019, apenas 45,7% do orçamento de R\$ 127,4 bilhões para o exercício. O volume dos investimentos das estatais federais foi de R\$ 58,3 bilhões, desempenho que representou uma queda de 31,3% sobre o executado em 2018. Naquele ano os investimentos das empresas públicas alcançaram R\$ 84,8 bilhões, cifra equivalente a 64,5% do orçado para o exercício, de R\$ 131,4 bilhões.

De acordo com fontes do Ministério da Economia, a baixa execução do programa de investimentos das companhias federais decorre do fato de que tanto a Petrobras quanto o grupo Eletrobras - responsáveis por cerca de 94% dos investimentos das estatais - estão em fase de desinvestimentos. “As empresas estão desalavancando dívidas”, disse um técnico da área.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

- **Governo é mais liberal no discurso, dizem Arminio e Arida**
- **Cristiano Romero: A estagnação brasileira**

Além do mais, sempre há uma “gordura” no orçamento aprovado no âmbito do Programa de Dispêndios Globais das empresas públicas. Como não há qualquer tipo de punição para a não execução do orçado, é prática natural se pedir um orçamento maior, deixando uma margem para eventualidades.

Esses dados constam de um balanço elaborado pela Secretaria de Desestatização, Desinvestimento e Mercados da pasta da Economia, cuja portaria foi publicada na edição de ontem do “Diário Oficial” da União.

Das estatais não dependentes da União, 78 são do setor produtivo e sete são da área financeira. A Petrobras e suas 13 subsidiárias investiram R\$ 50,8 bilhões, performance que representou pouco mais de 87% do total dos investimentos das companhias federais. Na comparação com 2018, porém, essa cifra representou queda de 36,1%.

Em seguida vem o grupo Eletrobras que, com suas 39 empresas, executaram investimentos totais de somente R\$ 2,99 bilhões, ou seja, retração de 14,8% sobre o ano anterior.

Os bancos públicos federais foram o único segmento do conjunto das estatais que investiram mais no ano passado do que no exercício de 2018. Foram executados R\$ 3,22 bilhões, resultado de um crescimento de 15,1% sobre os investimentos realizados em 2018, de R\$ 2,8 bilhões.

Coube às demais empresas do setor produtivo a menor fatia de investimentos. Foi de R\$ 1,16 bilhão, queda de 19,3% sobre o R\$ 1,43 bilhão realizado em 2018.

Esses dados são o reflexo da base da política econômica do governo, de encolher o setor público para dar espaço para os investimentos privados. Afinal, o setor público é fortemente deficitário, e as empresas, que cometeram excessos nos anos passados e se endividaram para financiar programas insustentáveis, estão agora passando por uma fase de emagrecimento. Ou, como disse uma fonte oficial, “elas estão voltando à normalidade”.

Essa é uma mudança estrutural com importantes reflexos sobre a taxa de crescimento econômico do país. Os economistas chama esse processo de “crowding in”, em substituição ao “crowding out”. Ou seja, a retração do gasto público vai abrindo espaço para o investimento privado.

A retração do investimento público, tal como apresentada pela pasta da Economia, é parte relevante da explicação sobre a modesta expansão do Produto Interno Bruto (PIB), no ano passado. As expectativas são de um crescimento da ordem de 1,2%.

É bastante provável que a queda do investimento público no primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro, tenha sido mais forte do que se previa, ao mesmo tempo que o aumento do investimento privado ainda não se materializou na extensão esperada pela equipe econômica do governo federal.

Originalmente a dotação de verbas para investimentos de R\$ 127,4 bilhões no ano passado era destinada a financiar obras e serviços em 241 projetos e 258 atividades. Das 85 empresas estatais, apenas 25 conseguiram superar a média de execução de investimentos de 45,7%. Dentre elas estão Transpetro (61,6%), Serpro (59,9%), Furnas (56,6%) e Caixa (51,1%).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

BLEND BERRY

LINK PATROCINADO

Acompanhe a Dani Monteiro provando os sabores da montanha

CLUB MED

LINK PATROCINADO

Combate ao Aedes Aegypti: prevenção e controle da dengue, chikungunya e zika

MINISTERIO DA SAÚDE

LINK PATROCINADO

Revendendo custos para 2020? Solicite um orçamento na Ticket

TICKET SERVIÇOS

LINK PATROCINADO

Garantia a Estados e municípios pode custar R\$ 11,5 bi

Maior preocupação do Tesouro é com federalização da Cedae, do Rio

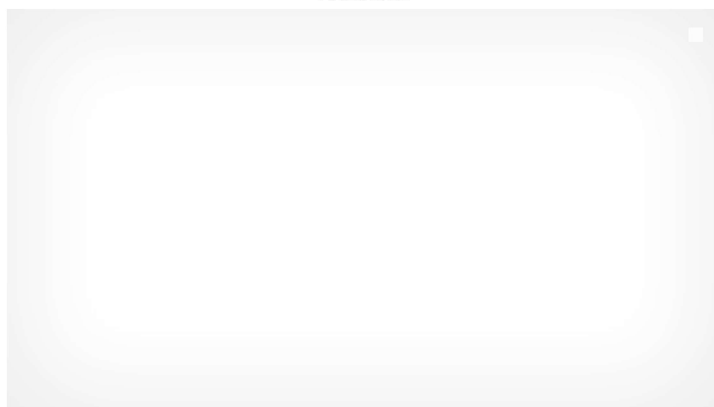
Por Estevão Taiar, Mariana Ribeiro e Edna Simão — Brasília

29/01/2020 05h01 · Atualizado há 26 minutos

O Tesouro pode desembolsar R\$ 11,5 bilhões para honrar garantias de empréstimos não pagos por Estados e municípios neste ano. O valor é puxado pela possibilidade de federalização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). Em 2019, a União precisou honrar R\$ 8,4 bilhões em dívida não pagas por governos regionais.

“O Rio de Janeiro tem uma dívida, não com a União, mas com bancos que terá que pagar neste ano. A gente garante essa dívida junto a bancos e a nossa contragarantia é a Cedae”, disse o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. “Isso parte do pressuposto de que, no pior dos casos, se o governo [do Rio de Janeiro] não pagar, a gente tem que honrar. Se a gente honrar, pegaremos as ações da Cedae.”

PUBLICIDADE



Ads by Teads

- [Crescimento sem urbanização ajuda a explicar crise no RJ](#)
- [Estados pedem mais rigidez em PEC Emergencial](#)

Mansueto lembrou que, mesmo Estados como Rio e Minas Gerais têm conseguido liminares que garantem a suspensão do pagamento de dívidas com o Tesouro. Segundo ele, além das liminares judiciais que impedem a execução de contragarantias, grande parte das garantias honradas pela União não é recuperada devido ao Regime Recuperação Fiscal (RRF).

Após o pico de R\$ 11,5 bilhões projetados para este ano, a União calcula uma redução gradual dos valores que destinará para bancar dívidas não pagas. Em 2021, o valor cairá para R\$ 7,1 bilhões, passando para R\$ 6,7 bilhões, em 2022, e R\$ 6,2 bilhões, em 2023. O secretário reforçou, no entanto, que esse é o cenário de execução das contragarantias é uma possibilidade e que a projeção foi feita dessa maneira “por precaução”.

O RRF foi criado em 2017 para atender Estados em situação de emergência. Ele suspende o pagamento de dívidas ao Tesouro em troca de medidas de ajuste fiscal. Até o momento, só o Rio integra o programa Na ocasião do acordo, o Rio precisava de um empréstimo para acertar pagamento de salários atrasados. A Cedae foi dada como garantia e a União foi avalista da operação. O governo do Rio prepara a privatização de pelo menos uma parte da Cedae.

Projeto prevê adiar tributação de ganho financeiro em hedge cambial

Hoje, os impostos são cobrados na fonte. Pela proposta, seriam recolhidos com base no balanço, quando a empresa estivesse operacional

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

29/01/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O governo tem pronta uma proposta de lei que permitirá adiar a tributação sobre ganhos financeiros com operações de hedge cambial para empreendimentos em infraestrutura que estejam em fase de implantação. Hoje, os impostos são cobrados na fonte. Pela proposta, seriam recolhidos com base no balanço, quando a empresa estivesse operacional.

A proposta de regulação foi aprovada em dezembro passado no grupo de Iniciativa do Mercado de Capitais (IMK), que reúne agências de governo e associações do setor privado. O governo avalia agora a melhor estratégia política para encaminhar a proposta, que depende de aprovação do Congresso Nacional, disse o subsecretário de Política Microeconômica e Financiamento da Infraestrutura, Pedro Calhman de Miranda.

Uma possibilidade é o texto ser incorporado à lei geral de concessões e Parcerias Público Privadas (PPPs), de autoria do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). “Estamos olhando a questão cambial com carinho”, disse o parlamentar, que esteve reunido com fundos de investimento. No entanto, informou que ainda não há uma posição sobre o tema. A proposta de Jardim contempla outra forma de proteção ao investidor estrangeiro contra perdas cambiais, ao abrir espaço para a dolarização de tarifas. Prevê também a criação de um fundo para repor perdas com a desvalorização da moeda.

No governo, a meta é encontrar soluções de mercado para dar mais proteção a investidores contra as oscilações do câmbio. A proposta de mudança na tributação de operações de hedge partiu do mercado, por intermédio do IMK.

“Imagine um aeroporto greenfield, que vai levar cinco anos para ser construído e estar operando”, exemplificou o coordenador geral de Reformas Microeconômicas, César Frade. Pelas regras atuais, se ele tiver contratado hedge, pagará Imposto de Renda na fonte cada vez que a operação vencer, mesmo se não estiver gerando receitas com sua operação. Pela proposta, essa tributação será feita quando o empreendimento estiver operacional.

A medida estava em discussão desde meados de 2019. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, falou sobre ela em agosto passado, num evento do BTG Pactual. No entanto, o desenho final ficou pronto no fim de 2019.

Para 2020, dois outros aspectos do hedge cambial serão discutidos no IMK. “Quando o banco dá hedge, ele corre risco de crédito da empresa”, disse Frade. “A tarefa é encontrar um formato para mitigar esse risco.” O outro tema é como aumentar a liquidez nesse tipo de contrato. “Se houver mais liquidez, haverá oferta muito maior de hedge.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

.....

Veículo: G1	
Data: 28/01/2020	Caderno: Economia



Dívida pública pode subir para até R\$ 4,75 trilhões em 2020, diz Tesouro

Se previsão se confirmar, alta da dívida pública será de 11,8% em relação à registrada no fim de 2019, quando atingiu recorde de R\$ 4,248 trilhões.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

28/01/2020 15h00 Atualizado há 19 horas

Após crescer **9,5% em 2019, e atingir um total de R\$ 4,248 trilhões**, a dívida pública do governo federal continuará a avançar e **poderá chegar a 4,750 trilhões no fim de 2020**, de acordo com números divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional nesta terça-feira (28).

Os R\$ 4,750 trilhões são o teto, ou seja, o valor máximo que a dívida pode alcançar ao final deste ano.

O Tesouro Nacional também informou que **o crescimento pode ser menor, de R\$ 252 bilhões**, o que levaria a dívida pública a R\$ 4,5 trilhões, valor que representa o piso para o crescimento em 2020. Neste caso, a elevação seria de 5,9%.

A dívida pública federal é a contraída pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo federal, ou seja, pagar pelas despesas que ficam acima da arrecadação com impostos e contribuições.

Quando os pagamentos e recebimentos são realizados em real, é chamada de interna. Quando tais operações financeiras ocorrem em moeda estrangeira, usualmente o dólar norte-americano, a dívida é classificada como externa.

Necessidades de financiamento

Segundo o Tesouro Nacional, os vencimentos da dívida pública neste ano somam R\$ 928 bilhões, dos quais R\$ 808,2 bilhões são da dívida interna em mercado, R\$ 11,5 bilhões são da dívida externa, e outros R\$ 108,7 bilhões se referem a encargos do Banco Central.

Além disso, há uma estimativa de que sejam necessários mais R\$ 376,3 bilhões para "cobertura parcial" do déficit das contas do governo, e de mais

R\$ 11,8 bilhões para honrar contratos de garantias de empréstimos contraídos por governos estaduais com aval da União.

"Os pagamentos esperados do Rio de Janeiro, único estado que aderiu oficialmente ao RRF [regime de recuperação fiscal], somam R\$ 7,6 bilhões, em 2020. Adicionalmente, a previsão orçamentária para honras de garantias inclui margem de R\$ 4,2 bilhões para cobrir os vencimentos de contratos garantidos dos estados do Amapá, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Norte", informou.

Segundo o Tesouro, a "União está impedida de executar as contragarantias desses entes porque eles estão amparados por liminares judiciais".

Para financiar os compromissos do governo neste ano, estão previstos R\$ 248,6 bilhões em recursos orçamentários. Com isso, a **necessidade líquida de financiamento é de R\$ 1,067 trilhão em 2020**.

"O volume financeiro captado ao longo do ano poderá ser igual, maior ou menor do que a necessidade líquida de financiamento, a depender das condições de mercado", diz o Tesouro Nacional.

A instituição também informou que "atualmente conta com um caixa dedicado a pagamentos da dívida equivalente a mais de um semestre de vencimentos da dívida pública federal em mercado, incluindo os superávits financeiros de 2019".

Cenário econômico

No Plano Anual de Financiamento, o Tesouro Nacional estima, em seu cenário macroeconômico, a combinação de um cenário inflacionário benigno, com manutenção das taxas de juros em níveis historicamente baixos, recuperação gradual da atividade econômica, e continuidade da agenda de reformas estruturais "de maneira a subsidiar o ajuste fiscal em curso".

No campo externo, a expectativa, com "maior probabilidade", é de tensões moderadas EUA-China; encaminhamento do Brexit com acordo; acomodação da economia global e dinâmica fraca do comércio internacional e dos preços de commodities.

"Fatores adicionais tais como as eleições norte-americanas, tensões geopolíticas e a desaceleração da economia argentina também precisam ser monitoradas", diz. O texto não cita eventual impacto do coronavírus.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

A Dívida Pública Federal – que inclui o endividamento interno e externo do Brasil – fechou 2019 em R\$ 4,249 trilhões, informou ontem a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia. O valor representou aumento de 9,59% em relação a 2018, quando a dívida era de R\$ 3,877 trilhões, e foi o maior da série histórica.

O valor representou alta de 1,03% em relação a novembro, quando a dívida era de R\$ 4,205 trilhões. Apesar do aumento, foi cumprido o Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2019, que estabelece que a dívida pública poderia fechar o ano passado entre R\$ 4,1 trilhões e R\$ 4,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFI), que é a parte da dívida pública no mercado interno, teve o estoque ampliado em 1,22% em dezembro, passando de R\$ 4,034 trilhões para R\$ 4,083 trilhões. Esse crescimento da dívida ocorreu por causa da apropriação positiva de juros, no valor de R\$ 30,26 bilhões (quando os juros da dívida são incorporados ao total mês a mês), e pela emissão líquida de R\$ 19,07 bilhões (quando o Tesouro emitiu mais títulos do que resgatou).

FINANÇAS No ano passado, o valor do endividamento público federal foi de R\$ 3,877 trilhões

Dívida pública sobe 9,5% em 2019 e bate recorde de R\$ 4,249 trilhões



Marcos Santos / USP Images / 30.2.2020

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna, parte da dívida pública no mercado interno, teve o estoque ampliado em 1,22% em dezembro

Estoque

O estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFE), captada do mercado internacional, caiu 3,4%, encerrando dezembro em R\$ 165,68 bilhões, ou US\$ 41,10 bilhões, sendo R\$ 150,37 bilhões (US\$ 41,1 bilhões) referentes à dívida mobiliária (em títulos no mercado internacional) e R\$ 15,31 bilhões (US\$ 3,8 bilhões), à dívida contratual (com bancos e organismos internacionais).

A variação do endividamento do Tesouro pode ocorrer por meio da oferta de títulos públicos em leilões pela internet (Tesouro Direto) ou pela emissão direta. Além disso, pode ocorrer assinatura de contratos de empréstimo para o Tesouro, tomado de uma instituição ou de um banco de fomento, destinado a financiar o desenvolvimento de uma determinada região. A redução do endividamento se dá, por exemplo, pelo resgate de títulos.

Em dezembro, os maiores detentores da dívida pública

Apesar da alta, foi cumprido o Plano Anual de Financiamento de 2019, que estabelece um valor entre R\$ 4,1 trilhões e R\$ 4,3 trilhões

eram os fundos de investimentos (26,68%). O estoque desse grupo passou de R\$ 1,065 trilhão para R\$ 1,089 trilhão de novembro para dezembro. Em seguida, estão os fundos de Previdência, com 24,89%; as instituições financeiras, com 24,69%; os investidores estrangeiros (10,43%); o governo (3,97%); as seguradoras (3,94%) e outros (5,41%).

Previsão é de aumento em 2020

Depois de encerrar 2019 próxima de R\$ 4,3 trilhões e em nível recorde, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá chegar ao fim de 2020 entre R\$ 4,5 trilhões e R\$ 4,75 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), que apresenta metas para a dívida pública para este ano, o governo criou um espaço para aumentar a fatia de títulos corrigidos por taxas flutuantes como a Selic (juros básicos da economia) e de papéis corrigidos pelo câmbio, caso a instabilidade no mercado financeiro se intensifique. Nesse caso, cairia a parcela da dívida prefixada (com taxas de juros fixas e definidas antecipadamente) e vinculada à inflação.

Segundo o documento, a fatia dos títulos prefixados deverá encerrar o ano entre 27% e 31% da DPF. Atualmente, a participação está em

31%. A parcela corrigida por índices de preços deverá ficar entre 23% e 27%. Hoje está em 26%.

Correção

A parcela da DPF vinculada à taxa Selic (juros básicos da economia) deverá encerrar 2020 entre 40% e 44%, contra os 38,9% registrados atualmente. Já a participação da dívida corrigida pelo câmbio, considerando a dívida pública externa, deverá encerrar o ano entre 3% e 7%. O percentual atual está em 4,1%. Os números não levam em conta as operações de compra e venda de dólares no mercado futuro pelo Banco Central, que interferem no resultado.

Em 2019, a DPF registrou o aumento de títulos corrigidos por taxas flutuantes, que subiram de 35,5% em dezembro de 2018 para 38,9% no mês passado. Se-

gundo o Tesouro, a tendência é que a participação dos papéis vinculados à Selic diminua a partir de 2021 e continue a cair à medida que o resultado fiscal do governo melhora.

Em tese, os títulos corrigidos por taxas flutuantes aumentam o risco da dívida pública, porque a Selic pressiona mais o endividamento do governo quando os juros básicos da economia sobem. No entanto, com a queda recorde dos juros básicos no ano passado, o aumento da participação desses papéis beneficiou o Tesouro porque ajudou a segurar o pagamento dos juros da dívida pública.

Quando o Banco Central reajusta os juros básicos, a parte da dívida interna corrigida pela Selic aumenta imediatamente. A taxa de juros dos papéis prefixados é definida no momento da emissão e não varia ao

longo do tempo.

Estabilização

A estabilização e uma queda da dívida pública dependem da continuidade das reformas estruturais da economia, disse ontem o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. Durante a apresentação do PAF de 2020, ele disse que os fatores que seguraram o endividamento público em 2019 podem se reverter caso o ajuste fiscal não continue.

"Temos de continuar no curso do ajuste fiscal. Se não houver consenso da sociedade brasileira [sobre a necessidade do ajuste], tudo que nos ajudou vai jogar contra", declarou Almeida. O secretário classificou o alongamento do prazo médio da dívida como um dos principais desafios para melhorar o perfil da dívida pública no país.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/01/2020	Caderno: Economia



DÍVIDA PÚBLICA PODE ALCANÇAR ATÉ R\$ 4,75 TRILHÕES EM 2020



28 Janeiro, 2020

Depois de encerrar **2019 próxima de R\$ 4,3 trilhões** e em nível recorde, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá chegar ao fim de 2020 entre R\$ 4,5 trilhões e R\$ 4,75 trilhões. Os números foram divulgados hoje (28) pelo Tesouro Nacional, que apresentou o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública em 2020.

De acordo com o PAF, que apresenta metas para a dívida pública para este ano, o governo criou um espaço para aumentar a fatia de títulos corrigidos por taxas flutuantes como a Selic (juros básicos da economia) e de papéis corrigidos pelo câmbio, caso a instabilidade no mercado financeiro se intensifique. Nesse caso, cairia a parcela da dívida prefixada (com taxas de juros fixas e definidas antecipadamente) e vinculada à inflação.

Segundo o documento, a fatia dos títulos prefixados deverá encerrar o ano entre 27% e 31% da DPF. Atualmente, a participação está em 31%. A parcela corrigida por índices de preços deverá ficar entre 23% e 27%. Hoje está em 26%. (Agência Brasil)

Foto: Daniel Isaia/ Agencia Brasil

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/01/2020	Caderno: Economia



QUEDA DA DÍVIDA PÚBLICA DEPENDE DO AJUSTE FISCAL, DIZ MANSUETO



29 Janeiro, 2020

A estabilização e uma queda da dívida pública dependem da continuidade das reformas estruturais da economia, disse hoje (28) o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. Durante a apresentação do Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2020, ele disse que os fatores que seguraram o endividamento público em 2019 podem se reverter caso o ajuste fiscal não continue. “Temos de continuar no curso do ajuste fiscal. Se não houver consenso da sociedade brasileira [sobre a necessidade do ajuste], tudo que nos ajudou vai jogar contra”, declarou Almeida. O secretário classificou o alongamento do prazo médio da dívida como um dos principais desafios para melhorar o perfil da dívida pública no país.

Almeida disse que a aprovação da reforma da Previdência representou apenas o primeiro passo para reequilibrar as contas públicas. Ele disse que a aprovação de outras reformas – como a do pacto federativo, a tributária e a administrativa – é importante para que o governo consiga vender títulos com prazos mais longos e atrair mais investidores estrangeiros para os papéis brasileiros. Em 2019, o prazo médio da dívida pública correspondeu a 4,1 anos. Esse é o período que o Tesouro leva para renovar completamente a dívida pública, trocando os títulos em circulação por novos papéis. Prazos mais longos indicam melhor confiança dos investidores no país.

Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil Brasília

Veículo: Metro1	Caderno: Economia
Data: 28/01/2020	



Economia

Dívida pública pode alcançar até R\$ 4,75 trilhões em 2020

Tesouro Nacional divulgou dados hoje

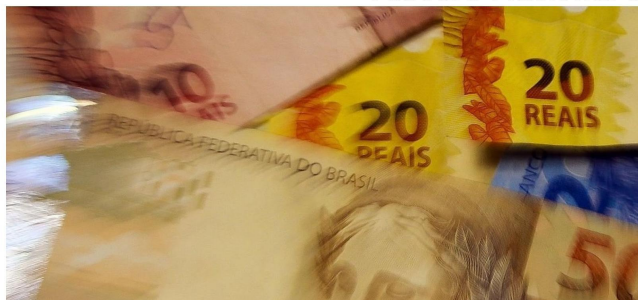


Foto: Marcello Casal Jr Agência Brasil

Por **Luciana Freire** no dia 28 de Janeiro de 2020 · 18:00

Depois de encerrar 2019 próxima de R\$ 4,3 trilhões e em nível recorde, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá chegar ao fim de 2020 entre R\$ 4,5 trilhões e R\$ 4,75 trilhões. Os números foram divulgados hoje (28) pelo Tesouro Nacional, que apresentou o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública em 2020.

Segundo o PAF, que apresenta metas para a dívida pública para este ano, o governo criou um espaço para aumentar a fatia de títulos corrigidos por taxas flutuantes como a Selic (juros básicos da economia) e de papéis corrigidos pelo câmbio, caso a instabilidade no mercado financeiro se intensifique. Nesse caso, cairia a parcela da dívida prefixada (com taxas de juros fixas e definidas antecipadamente) e vinculada à inflação.

Quando o Banco Central reajusta os juros básicos, a parte da dívida interna corrigida pela Selic aumenta imediatamente. A taxa de juros dos papéis prefixados é definida no momento da emissão e não varia ao longo do tempo. Dessa forma, o Tesouro sabe exatamente quanto pagará de juros daqui a vários anos, quando os papéis vencerem e os investidores tiverem de ser reembolsados.

Veículo: Política Livre	
Data: 28/01/2020	Caderno: Economia



28 de janeiro de 2020 | 21:46

Relator da reforma tributária defende que Câmara e Senado votem texto único

BRASIL

O relator da reforma tributária da Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que está trabalhando para que haja um texto único sobre o tema, unindo as propostas em tramitação no Congresso, e que esse resultado seja votado pela Câmara e Senado até junho.

A ideia, como ele já havia dito anteriormente, é que os deputados aprove a reforma até abril, restando dois meses para o texto ser aprovado pelo Senado. Se ficar para o segundo semestre, há o risco da não aprovação da medida, já que as eleições municipais deste ano devem esvaziar o parlamento.

O Congresso deve criar uma comissão mista para que deputados e senadores tratem ao mesmo tempo sobre a reforma. Segundo Ribeiro o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), aguarda a chegada do seu par no Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para os dois tratarem dos prazos de criação desse colegiado. “A comissão mista deve ter um prazo rápido”, disse. “Instalada, vamos correr”, afirmou.

Ribeiro participou nesta tarde de uma reunião na casa de Maia com outros deputados e o economista Bernard Appy.